

LAR DAS MOÇAS CEGAS  
 AV ANA COSTA 198 - Santos/SP  
 CNPJ: 58.198.227/0001-73

Srs. Associados, em cumprimento as determinações legais e estatutárias, apresentamos à V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras da "LAR DAS MOÇAS CEGAS", relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparativas com 31 de dezembro de 2017, devidamente aprovado pela Diretoria em 19 de março de 2019, Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em Real

ATIVO		2018	2017	PASSIVO		2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>	<b>NOTA</b>			<b>CIRCULANTE</b>	<b>NOTA</b>		
Caixa e equivalentes de caixa - recursos s/ restrições	4	218.789,85	139.828,62	Fornecedores	13	726.040,77	643.009,19
Caixa e equivalentes de caixa - recursos c/ restrições	4	72.969,94	36.020,00	Rescisão a pagar		0,00	8.151,59
Títulos e Valores Mobiliários	4	2.261.027,08	2.078.773,30	Obrigações Fiscais e Sociais/Tributárias	14	55.817,88	56.047,21
Outras disponibilidades	4	372.721,23	320.025,12	Outras contas		37.190,95	17.020,22
Contas a Receber	4	664.892,02	670.900,95	Provisões Sociais e Trabalhistas		333.495,84	317.103,68
(-) Provisões p/Devedores Duvidosos	6	(66.277,38)	(66.277,38)	Rec. Antecipada Doações Vinculadas C/Parceiras Públicas	15	22.650,01	15.420,21
Convenios e Subvenções a receber	7	255.380,17	255.380,17	Rec. Antecipada - Doações Vinculadas C/Parceiras Privadas	15	37.628,94	30.000,00
Outras Contas a receber	8	22.788,87	43.998,34	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>1.212.824,39</b>	<b>1.086.752,10</b>
Adiantamentos diversos		141.369,36	133.273,66				
Seguros e Outros a apropriar		44.723,97	27.858,21				
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>3.988.365,11</b>	<b>3.639.710,99</b>				
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>				<b>NÃO-CIRCULANTE</b>			
Depósitos/Ações Judiciais	10	15.172,57	8.934,36	Receitas Antecipadas - Doações Vinculadas	15	231.782,77	28.441,32
<b>INVESTIMENTOS</b>				<b>Total do Passivo Não-Circulante</b>		<b>231.782,77</b>	<b>28.441,32</b>
Imóveis Não Destinados a Uso	11	6.894.448,03	6.894.448,03				
<b>IMOBILIZADO</b>							
Bens Imóveis de uso próprio	12	12.195.341,55	12.195.341,55	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Bens em Uso Técnico Sem Restrições	12	1.138.039,58	1.051.100,89	Patrimônio Social	16	22.402.660,94	21.131.912,00
Bens de Uso Técnico Com restrições	12	326.534,45	86.032,83	Ajustes do Superávit / Deficit		203.883,71	1.270.749,94
(-) Depreciação Acumulada	12	(667.782,48)	(517.747,29)	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>22.606.544,65</b>	<b>22.402.660,94</b>
<b>INTANGÍVEL</b>							
Bens Incorpóreos	12	161.033,00	161.033,00				
<b>Total do Ativo Não-Circulante</b>		<b>20.062.786,70</b>	<b>19.878.173,37</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>24.051.151,81</b>	<b>23.517.854,36</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>24.051.151,81</b>	<b>23.517.854,36</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**Dos exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017**

Valores expressos em Real

	NOTA	2018	2017
<b>1 – Receitas operacionais</b>			
<b>Receitas com atividades Estatutárias</b>			
Receita auxílios, subvenções e convênios públicos c/restrrição Atividade- Assistencial Social	18		
Receita auxílios convênios privados c/restrrição - Atividade Assistencial Social	17	2.919.667,19	2.801.621,95
Receitas com atividades institucionais e outras - Atividades sustentáveis		45.896,26	0,00
Doações - Atividades Assistencial Social		8.372.502,81	7.911.742,98
Receitas com atividades institucionais - Atividade Assistencial Social		402.258,04	403.155,90
Receitas financeiras - Atividades sustentáveis		419.188,78	0,00
Alienação com a venda de bens - Atividades sustentáveis		164.560,57	353.560,57
Outras - Atividades sustentáveis		28.559,09	1.066.742,92
Voluntariado - Atividades Assistencial Social e Sustentáveis		300.000,00	836.324,01
(-) Custo Operacional serviços Prestados - Atividades sustentáveis	25	217.282,32	144.000,00
<b>Total das Receitas Líquidas</b>		<b>(6.239.689,71)</b>	<b>(6.142.027,91)</b>
<b>2 – Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas com atividades estatutárias- Atividades Sustentáveis</b>	19		
Despesas com pessoal		(1.289.057,27)	(722.769,67)
Despesas administrativas e gerais		(858.613,81)	(646.912,40)
Depreciação		(208.278,45)	(193.993,81)
Despesas financeiras		(46.726,15)	(52.643,50)
Despesas Tributárias		(2.598,02)	(18.922,39)
Voluntariado	25	(144.000,00)	(144.000,00)
Perda de imobilizado		0,00	(4.977,63)
		<b>(2.549.273,70)</b>	<b>(1.784.219,40)</b>
<b>Despesas com assistidos - Atividades Assistenciais Social</b>	19		
Despesas com pessoal		(508.221,12)	(601.504,69)
Despesas com pessoal c/ restrição convênios		(1.838.885,01)	(1.739.324,73)
Voluntariado		(73.282,32)	(0,00)
Despesa com CEDV-Centro Especializado Deficiente Visual		(3.558,88)	(0,00)
Despesas pessoal administrativo		(0,00)	(448.393,34)
Despesas com alimentação, material e outros		(309.414,69)	(39.150,62)
Despesas com alimentação, material e outros c/ restrição convênios		(1.143.705,92)	(1.077.751,93)
Despesa administrativa e gerais		0,00	(414.026,77)
	23	<b>(3.877.067,94)</b>	<b>(4.320.152,08)</b>
<b>Total das despesas</b>		<b>(6.426.341,64)</b>	<b>(6.104.371,48)</b>
<b>Superávit apurado do exercício (1+2)</b>		<b>203.883,71</b>	<b>1.270.748,94</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO**  
 Dos exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017

Valores Expressos em Real

	2018	2017
<b>1 – ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit dos exercícios		
Ajustes por depreciação	203.883,71	1.270.748,94
Ganho Venda do Ativo Imobilizado	208.278,45	193.993,81
Baixas do Ativo Permanente	(28.559,09)	0,00
Perdas Operacionais	0,00	(10.587,60)
Superávit do exercício ajustado	1.473,23	1.979,39
	<b>385.076,30</b>	<b>1.456.134,54</b>
<b>ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS) DO AC + ANC</b>		
Contas a Receber	(25.467,71)	(67.472,70)
Despesas Antecipadas	(16.865,76)	(40,36)
Adiantamentos	(8.095,70)	(9.016,07)
Convênios e Contratos a receber	0,00	11.000,00
Depósitos judiciais	(6.238,21)	140.515,99
<b>Total dos Acréscimos (Decréscimos) do AC + ANC</b>	<b>(56.667,38)</b>	<b>74.986,86</b>
<b>ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS) DO PC + PNC</b>		
Fornecedores	83.031,58	9.437,67
Obrigações Trabalhistas	(8.151,59)	8.151,59
Provisões Sociais e Trabalhistas	16.392,16	(187.917,61)
Contas a pagar	20.170,73	(2.299,71)
Obrigações Fiscais e Sociais/Tributárias.	(229,33)	5.783,38
Receitas Antecipadas	210.571,25	(6.819,92)
Convênios c/Parcerias Públicas e ou Privadas	7.628,94	30.000,00
<b>Total dos Acréscimos (Decréscimos) do PC + PNC</b>	<b>329.413,74</b>	<b>(143.664,60)</b>
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>657.822,66</b>	<b>1.387.456,80</b>
<b>2 – ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de bens de uso s/ restrições	(198.097,09)	(4.327.246,30)
Aquisição de bem intangível – Software	0,00	(2.000,00)
<b>Aquisição de bens c/ restrições</b>	<b>(241.501,62)</b>	<b>(6.075,00)</b>
Venda de Bem Imóvel/Móvel	80.001,00	1.066.742,92
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(359.597,71)</b>	<b>(3.268.578,38)</b>
<b>3 – ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>298.224,95</b>	<b>(1.881.121,58)</b>
Disponibilidades do início do período	2.254.561,92	4.135.683,50
Disponibilidades no final do período	2.552.786,87	2.254.561,92

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Dos exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017

Valores expressos em Real

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	Superávit/Déficit	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2016	21.131.912,00	0,00	21.131.912,00
Superávit em 2017	0,00	1.270.748,94	1.270.748,94
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.131.912,00	1.270.748,94	22.402.660,94
Superávit em 2017	1.270.748,94	(1.270.748,94)	0,00
Superávit do exercício 2018	0,00	203.883,71	203.883,71
Saldo em 31 de dezembro de 2018	22.402.660,94	203.883,71	22.606.544,65

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

**CARLOS ANTONIO GOMES**  
 Presidente

**JOSE ALVIZE DE PAIVA**  
 1º Tesoureiro

**SUELI BUENO FAVERO DOS SANTOS**  
 Contadora – CRC 1SP190280/O-1

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**LEVANTADAS EM 31.12.2018 E 31.12.2017**  
(Valores expressos em reais)

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A entidade é uma "ASSOCIAÇÃO" sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de Assistência Social, conforme o artigo 2º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 87595 de 21 de setembro de 1982, Título de Utilidade Pública Estadual Portaria nº 9486 de 19 de junho 1972 e Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei nº 2273 de 11 de julho de 1960, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social Processo nº 23123.001933/2010-11 deferido até 31/12/2017 através da Portaria nº 158/2016 item 2 de 16/12/2016, publicado no D.O.U. de 20/12/2016 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDS e possui Protocolo de Renovação para triênio 2017 à 2020 através processo nº 71000.063795/2017-61; Certificada no Conselho Municipal de Educação sob nº 025 e Certificado no Conselho Municipal de Assistência Social sob nº 036.

As principais fontes de recursos para a manutenção e o desenvolvimento de suas atividades são provenientes de doações, campanhas, subvenções, contribuições de associados e mantenedores, receitas patrimoniais e financeiras. Por prestar serviços e desenvolver ações socioassistenciais sem exigir remuneração dos atendidos-alunos, como complementação dos recursos financeiros necessários para manutenção e desenvolvimento de suas finalidades, o LAR poderá utilizar, também os seguintes meios de fonte de renda: Parcerias comerciais com empresas, comercialização de trabalhos manuais, realização de eventos, festivais e campanhas beneficentes, exploração de Casa Lotérica devidamente permitida e comercialização e administração de planos de saúde. \*Conforme art. 61 Estatuto Social estão aqui descritas como atividades estatutárias de atividades meio"

**NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**a) Base de preparação e apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conforme NBC TG 26 (R5), e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Emanada pelo Conselho Federal de Contabilidade de forma a assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades.

**b) Aprovação das informações e Demonstrações Contábeis**

A aprovação das informações e demonstrações contábeis, foram aprovadas e autorizadas em reunião da Diretoria realizada em 19 de março de 2019.

**c) Base de Mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

**d) Moeda Funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, sendo está a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras foram apresentadas em real sem arredondamento.

**e) Estimativas e premissas contábeis**

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do Ativo imobilizado, mensuração de instrumentos financeiros e ativos e passivos relacionados a benefícios de empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos a cada semestre.

**NOTA 03. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1)".

Essas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

**a) Caixa e equivalentes de caixa:** incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, os quais são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor;

**b) Títulos e valores mobiliários:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do encerramento do balanço;

**c) Contas a receber de clientes e Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa -** As contas a receber de clientes, Plano de Saúde, são registradas pelo valor faturado. Correspondem aos valores a receber de clientes pelo repasse da fatura do Plano de Saúde Unimed ou Santa Casa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída pelo indicio de não pagamento com vencimento após 90 dias e que o LAR não será capaz de receber todos os montantes devidos, mediante análise. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante;

**d) Despesas antecipadas -** Referem-se a pagamentos de despesas do seguro, vale transporte, cuja competência pertence ao exercício seguinte;

**e) Depósito/ Ações Judiciais -** Refere-se aos depósitos e ações judiciais e aos valores devidos de cobrança de plano de saúde, relacionados as ações em trâmite e estão demonstrados pelo valor histórico; **f) Imobilizado -** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação apurada em função da vida útil e utilização dos bens. Eventuais gastos com bens de pequeno valor são reconhecidos no resultado em conformidade Decreto 9.580.

**g) Subvenções/Convênios governamentais:**

**(a) Termos de Fomento/Convênios para custeio:** Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Convênios para custeio", e apropriadas como receita quando da efetiva prestação dos serviços, e

**(b) Termos de Fomento/Convênios para investimento:** Referem-se a convênios para a aquisição ou construção de bens que serão de propriedade do LAR. Referidas subvenções/convênios para investimento são reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Receitas Antecipadas- Doações Vinculadas, apropriadas como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos ou construídos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CNBC TG 07(R2)" Subvenção e Assistência Governamentais". Adicionalmente, o bem adquirido ou construído é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

**h) Provisão de Férias/13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço;

**i) Patrimônio Social:** Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros acrescidos ou diminuídos do superávit ou déficit apurado em cada exercício;

**j) Apuração do Resultado:** Estão apropriados em conformidade com o regime de competência consequentemente, os resultados foram apurados pelo mesmo princípio.

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência. As receitas de serviços são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável.

As doações e contribuições são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

O LAR obedece rigorosamente a legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores; em conformidade com a Lei 2002 (R1).

**k) Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do encerramento do balanço patrimonial.

**l) Voluntariado:** Mensuração do trabalho voluntário dos membros, dirigentes estatutários e de membros da sociedade que fazem trabalhos voluntários com os assistidos assistências sociais como professores, monitores de eventos, para fins de atendimento ao disposto na ITG 2002(R1) de 21 de agosto de 2015, é feita com base na atividade do voluntário, o volume mensal de horas e o custo hora calculado com base na legislação da filantropia, Lei 12.868/13. O valor do trabalho voluntário é registrado na receita e despesa

Recursos sem restrição	2018	2017
Caixa Geral	6.869,30	6.688,75
Bancos sem restrição	181.944,72	104.504,51
Poupança	29.975,83	28.635,36
<b>Total (1)</b>	<b>218.789,85</b>	<b>139.828,62</b>

Recursos com restrição (I)	2018	2017
Bancos c/ restrição Codesp	30.007,94	30.000,00
Bancos c/ restrição Emendas Parlamentar Termos 100/2018 e 36/2018	42.961,70	0,00
Poupança com restrição	0,00	6.020,00
<b>Total - (2)</b>	<b>72.969,64</b>	<b>36.020,00</b>

(I) **Convênios para custeio e Termo de Fomento de Emenda Parlamentar:** utilizada para custeio realizada no momento da compra e compra de material para projetos de Reabilitação.

(II) **Sendo certo que o saldo na conta no valor R\$ 42.961,70 valores de repasse da Emenda Parlamentar já utilizados no ano 2018, ficando apenas a devolver para Entidade, através de compensação dos cheques depositados entre contas.**

#### TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Aplicações financeira	2018	2017
CDB	1.221.472,08	1.779.315,61
Aplicações de Curto Prazo	1.039.555,00	299.397,69
<b>Total - (3)</b>	<b>2.261.027,08</b>	<b>2.078.713,30</b>

<b>Total das Disponibilidade (1+2+3) = (DFC) (II)</b>	<b>2.552.786,87</b>	<b>2.254.561,92</b>
---	---------------------	---------------------

(II) Conforme apresentado na DFC- Demonstrações do Fluxo de Caixa

#### NOTA 05. OUTRAS DISPONIBILIDADES

Disponibilidades Lotérica e outras disponibilidades:	2018	2017
Outros Crédito Lotéricas- produtos como bilhetes; fundo de caixa entre outros produtos	369.810,23	314.482,12
Outros Créditos	2.911,00	5.543,00
<b>Total Circulante</b>	<b>372.721,23</b>	<b>320.025,12</b>

#### NOTA 06. CONTAS A RECEBER

As contas a receber são demonstradas como segue:	2018	2017
Plano de Saúde Unimed a receber	631.457,74	640.165,96
Plano de Saúde santa Casa a receber	33.434,28	30.734,99
(-) Provisão de Devedores duvidosos	(66.277,38)	(66.277,38)
<b>Total Circulante</b>	<b>598.614,64</b>	<b>604.623,57</b>

#### Nota 07. CONVÊNIO E SUBVENÇÕES A RECEBER

Subvenções para ajuda, Projeto Assistencial de Reabilitação de crianças/adolescentes:

	2018	2017
Prefeitura Municipal de São Vicente referentes aos anos 2013/2014/2015	255.380,17	255.380,17
<b>Total Circulante</b>	<b>255.380,17</b>	<b>255.380,17</b>

**Nota 08. OUTRAS CONTAS A RECEBER**

Está composta com saldo contencioso plano de saúde a receber e os cheques devolvidos ambos em cobrança administrativa

	2018	2017
Contencioso Plano de Saúde a receber	19.878,87	35.431,04
Contencioso cheque devolvido – Plano de Saúde	2.890,00	8.557,30
<b>Total Circulante</b>	<b>22.768,87</b>	<b>43.988,34</b>

**NOTA 09. SEGUROS E OUTRAS A APROPRIAR**

Este grupo é composto pelos seguros, assinaturas contratadas e cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representados pelo seu valor nominal, bem como adiantamentos, valores a recuperar e outros valores a receber das atividades sustentáveis.

**Nota 10. DEPÓSITOS/AÇÕES JUDICIAIS**

O LAR, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza cível, em diversas instâncias, ajuizadas e conhecidas na data de encerramento das demonstrações financeiras, tendo a administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base em valores não pagos, nas mensalidades plano de saúde. Sendo certo que todas as ações ajuizadas no fim do exercício de 2018 contra a Entidade, nenhuma tem possibilidade de perda, por isso a Entidade não provisionou possível passivo contingente. E as que a Entidade ajuizou ainda estão em curso de audiência, onde nada foi julgado.

**NOTA 11. ATIVO NÃO-CIRCULANTE (INVESTIMENTOS)**

a) Conforme determinação da Resolução do CFC No. 1.178/09 – Propriedades para Investimentos, este grupo Investimentos e subgrupo Propriedades para Investimento está composto por bens não utilizados para uso das suas atividades assistenciais, apenas como fonte renda sustentável, para desenvolvimentos de suas finalidades estatutárias dos Projetos Assistenciais Social desenvolvidos no ano de 2018, já que esses são desenvolvidos 100% gratuitos.

b) Neste exercício de 2018 a Entidade continua aplicando as sobras obtidas com recursos próprios, na elaboração de projeto e execução de obras de reforma e ampliação da Unidade Educacional e Reabilitação para Deficientes Visuais, situada na Av. Ana Costa nº 198. Sendo certo que a Entidade busca recursos para construir uma nova unidade, para assim atender melhor e mais Deficientes Visuais.

**INVESTIMENTOS**

	2018	2017
Imóveis não destinados a uso		
<b>Total</b>	<b>6.894.448,03</b>	<b>6.894.448,03</b>

**NOTA 12. ATIVO NÃO-CIRCULANTE (IMOBILIZADO e INTANGÍVEL)**

Os ativos Imobilizados e Intangíveis foram contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação do período, originando o valor líquido contábil. Neste exercício, em conformidade com os normativos vigentes, a administração realizou levantamento dos bens Móveis baixando todos os bens que se encontravam fora de uso ou obsoletos.

Bens em Uso Técnico sem restrição	2018	2017
Bens Imóveis de uso próprio	12.195.341,55	12.195.341,55
Máquinas e equipamentos	194.510,05	167.874,95
Máquinas e equipamentos oftalmológico	2.800,00	2.800,00
Máquinas e equipamentos de Braille	57.800,00	57.800,00
Veículos	715.004,00	654.162,40
Móveis e Utensílios	145.881,16	146.748,17
Equipamento de Processamento de dados	22.044,37	21.715,37
Depreciações e Amortizações acumuladas	(603.519,02)	(470.578,66)
<b>Total</b>	<b>12.729.862,11</b>	<b>12.775.863,78</b>

Bens em Uso Técnico com restrição	2018	2017
Instrumento Musical – VERBAS SEDS 0857-2012	30.000,00	30.000,00
Instrumento Musical – CODESP –DIPRE/116-2017	23.111,90	0,00
Móveis e Utensílios – FNDE/PDDE – 2016 E 2018	13.899,84	12.300,84
Equipamento de Processamento de dados FNDE/PDDE	3.042,00	0,00
Máquinas e Equipamentos - FNDE/PDDE – 2018	5.426,65	0,00
Verba CMDCA	33.498,00	33.498,00
DOAÇÃO FNDE/PDDE 2013	6.183,99	6.183,99
Equipamentos Audiovisual – FNDE/PDDE-2017	3.050,00	3.050,00
Móveis e Utensílios –Projeto Padaria – Cargill/ 2018	6.972,45	0,00
Máquinas e Equipamentos –Projeto Padaria – Cargill/ 2018	42.427,32	0,00
Depreciações e amortizações acumuladas	(59.129,42)	(47.168,63)
<b>Total (1)</b>	<b>108.482,73</b>	<b>37.864,20</b>

Bens em Uso Técnico com restrição – Emendas Parlamentares	2018	2017
Máquinas e equipamentos oftalmológicos – Termo 36/2018	151.697,86	0,00
Equipamentos Oftalmológicos – Termo 100/2018	4.150,00	0,00
Equipamentos Esportivos – Termo 112/2018	3.074,44	0,00
Depreciações e amortizações acumuladas	(5.134,04)	(0,00)
<b>Total (2)</b>	<b>153.788,26</b>	<b>0,00</b>
<b>Total (1) + (2)</b>	<b>262.270,99</b>	<b>37.864,20</b>

**INTANGÍVEL**

	2018	2017
Bens Incorpóreos	161.033,00	161.033,00
<b>Total</b>	<b>161.033,00</b>	<b>161.033,00</b>

**NOTA 13. PASSIVO CIRCULANTE - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO**

Composto pelo valor nominal e acrescido quando aplicável dos correspondentes encargos e eventuais variações monetárias incorridas até a data do balanço. Estão representadas por obrigações diversas, obrigações sociais, fiscais e tributárias a recolher de empregados, respectivas provisões trabalhistas e por empréstimo bancário consignado a empregados.

**NOTA 14. PASSIVO CIRCULANTE - OBRIGAÇÕES FISCAIS, SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS**

	2018	2017
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	18.264,46	20.234,44
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) recolher	26.001,13	25.265,06
Outros contribuições e tributos s/retenções	167,43	149,87
IRRF S/salário	4.825,91	4.457,69
IRRF S/ serviços tomados	611,51	456,68
ISS S/serviços tomados	2.968,57	3.300,55
Pis s/folha	3,15	0,00
ICSRF-retenções sociais PJ-PJ	2.975,72	2.182,92
<b>Total</b>	<b>55.817,88</b>	<b>56.047,21</b>

**NOTA 15. PASSIVO CIRCULANTE e Não Circulante - RECEITAS ANTECIPADAS**

Valores correspondentes a Receitas Antecipadas - Diferidas que engloba contratos de Convênios de Subvenção Firmados a serem cumpridos no exercício seguinte efetivamente e nos seguintes.

	2018	2017
Doações vinculadas (circulante e não -circulante)	292.061,72	43.861,53
<b>Total</b>	<b>292.061,72</b>	<b>43.861,53</b>

**NOTA 16. Patrimônio Social (Patrimônio Líquido)****Superávit (déficit) acumulado**

Conforme estatuto social, o LAR deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação do seu superávit. Dessa forma, o superávit (déficit) do exercício é integralmente incorporado (ou absorvido) pelo patrimônio social.

**NOTA 17. SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS PÚBLICOS (RESOLUÇÃO CFC NO. 1.305/10 - NBC TG 07 e ITG 2002(R1))**

São recursos financeiros provenientes de Convênio firmado com Prefeitura Municipal Santos, no ano 2017 através do Termo de Colaboração e Fomento nº 26/2017 Processo Administrativo nº 100345/2016-67 Credenciamento nº 02/2016 e no ano 2018 Termo de Colaboração e Fomento nº 13/2018 Processo Administrativo nº 81672/2017-93 credenciamento nº 05/2017 onde foi Reratificado o caput de sua cláusula terceira em dezembro de 2018 e com a Prefeitura Municipal de Guarujá para ano 2017 e para ano 2018- Aditamento de Convênio de nº 171/2016 Processo Administrativo nº 28911/1449/2016 dotação orçamentária nº 12.01.00.367.1.002.2088.3.3.50.43 e Termo Colaboração nº 018/2018 Processo Administrativo nº 34.882/2017; com objetivo principal operacionalizar o "Projeto Assistencial a Educação Especializado a Reabilitação para Deficientes Visuais " e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes das Prefeituras, ficando também toda a documentação a disposição para qualquer fiscalização. As Subvenções e Convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Exercício	Concedente	Vlr. Recebido	Vlr. Realizado c/rendimentos Aplicação
2017	Prefeitura Municipal de Santos ref. 2017	2.656.717,80	2.656.717,80
2017	Prefeitura Municipal de Guarujá ref. 2017	132.000,00	132.000,00
<b>Total</b>	<b>Ano 2017</b>	<b>2.788.717,80</b>	<b>2.788.717,80</b>
2018	Prefeitura Municipal de Santos ref. 2018	2.737.154,55	2.739.700,55
2018	Prefeitura Municipal de Guarujá ref. 2018	132.000,00	132.000,00
<b>Total</b>	<b>Ano 2018</b>	<b>2.869.154,55</b>	<b>2.871.700,55</b>

**NOTA 18. RECEITAS LÍQUIDAS**

As receitas (fontes de renda) para manutenção e desenvolvimento das finalidades do LAR, conforme art. 61º do Estatuto Social, são mensuradas pelo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Sendo certo que essas rendas são atividades meio sustentáveis, já que todas as atividades assistenciais desenvolvidas são 100% gratuitas.

Em atendimento a Resolução do CFC Nº 1.412/2012 que aprovou a NBC TG 30, as receitas da Associação oriundas das atividades meio e outras receitas, conforme o Estatuto Social seguem o critério de somente serem reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade. Segue abaixo o montante de cada atividade/categoria de receita reconhecida durante o período:

As atividades meio sustentáveis possuem previsão no Estatuto Social, e para que o LAR faça jus a Imunidade e/ou Isenção Tributária sobre essas atividades, conforme estabelecido no artigo 14 do Código Tributário Nacional, artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e artigo 29 da Lei nº 12.101/09, a mesma cumpre os requisitos abaixo:

- As atividades meio sustentáveis possuem previsão estatutária;

- O Estatuto Social indica que os recursos obtidos por essas receitas são revertidos para atendimento de suas atividades fins;
- O Demonstrativo de Resultado do Período da Associação demonstrou que as atividades meio sustentáveis são superavitárias, ou seja, geram recursos para a manutenção das atividades fins.

Segue abaixo o montante de cada categoria significativa (relevante) de receita reconhecida durante o período:

Receitas com atividades art.61 Estatuto Social – Atividades meio sustentáveis	2018	2017
Donativos em dinheiro/cheque Pessoa Física	402.258,04	397.885,39
Doações Nota Fiscal Paulista	0,00	5.270,51
Realização de Eventos/Festivais e Campanhas Beneficentes	179.791,16	223.034,66
Bazar e outros	184.805,13	1.623.978,53
<b>Total (1)</b>	<b>766.854,33</b>	<b>2.250.169,09</b>

Receitas com atividades art.61 Parágrafo único Estatuto – Atividades meio sustentáveis	2018	2017
Contribuição Associados	11.219,58	12.111,39
Aluguéis e Arrendamentos – Exploração Patrimônio e outros	1.225.275,72	643.126,07
Alienação com vendas imobilizado superávit com venda imobilizado	28.559,09	0,00
Receita Exploração Casa Lotérica	380.654,02	334.419,39
Receitas Comercialização Plano de Saúde	7.055.353,49	6.922.086,13
Trabalho Voluntário	217.282,32	144.000,00
Rendimentos Aplicação Financeira, Poupança e outros	164.560,57	353.560,57
		0,00
<b>Total (2)</b>	<b>9.082.904,79</b>	<b>8.409.303,55</b>

Receitas com atividades art.61 Estatuto	2018	2017
Emendas/Verbas Parlamentares, FNDE/PDDE, CMDCA	47.966,64	12.904,15
Receita auxílios convênios privados c/restrrição - Atividade Assistencial Social	45.896,26	0,00
Realização de Eventos Inverno Santos c/restrrição – Pref. Municipal de Santos	54.592,49	56.053,74
<b>Total (3)</b>	<b>148.455,39</b>	<b>68.957,89</b>

Estão descritos abaixo custo operacional direto das receitas das atividades meio sustentáveis com: Exploração da Casa Lotérica, com a comercialização Plano de saúde todos no ano 2017 e 2018.

Custos estão assim descritos	2018	2017
Repasse ao Plano custo anual dos conveniados	(5.997.018,79)	(5.991.069,50)
Custo Operacional c/ Exploração Lotérica	(98.851,63)	(13.691,23)
Perdas baixa imobilizado e déficit com venda imobilizado	(1.473,23)	(4.877,63)
Custo c/Realização de Eventos	0,00	(63.137,79)
Custos Operacional da Exploração do Patrimônio	(142.346,06)	(69.251,76)
<b>Total (4)</b>	<b>(6.239.689,71)</b>	<b>(6.142.027,91)</b>
<b>Total (1+2+3+4) – Realização Nota 17</b>	<b>6.630.225,35</b>	<b>7.375.120,42</b>

#### Nota 19. DESPESAS OPERACIONAIS – POR ATIVIDADE

Neste grupo de despesas estão todos os valores diretamente ligados a operação de prestação de serviços estatutário, serviços Mantenedora conforme art. 61 do Estatuto Social e dos serviços despesas com assistenciais de Reabilitação de deficientes visuais dos atendidos alunos no ano 2018 e 2017 de forma 100% gratuita, conforme art. 2º em seu parágrafo único do Estatuto Social.

Despesas estão assim descritas	2018	2017
Despesas com atividades estatutárias de atividades meio sustentáveis	2.405.273,70	1.640.219,40
Despesas com atividades Assistenciais Social	3.803.785,62	4.320.152,09
<b>Total</b>	<b>6.209.059,32</b>	<b>5.960.371,49</b>

#### NOTA 20. DO RESULTADO APURADO NO PERÍODO

O superávit do exercício de 2017 foi incorporado ao Patrimônio Social e o superávit do exercício de 2018 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e Resolução CFC Nº 1.409/12.

#### NOTA 21. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009/1.296/10. A Administração adotou o Método Indireto para sua elaboração.

#### NOTA 22. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender as medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor do mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

#### NOTA 23. GRATUIDADES CONCEDIDAS

Em conformidade com o artigo 2º do Estatuto Social em seu parágrafo único, os serviços foram prestados os seguintes atendimentos 100% gratuitos no ano de 2018 e 2017, dados abaixo descritos:

	2018	2017
235 atendimentos gratuitos a um custo unitário de R\$ 18.363,63 por ano		4.320.152,09
235 atendimentos gratuitos a um custo unitário de R\$ 16.031,78 por ano	3.767.467,93	

#### Descrição dos Recursos:

	2018	2017
Custo pago com recursos de Convênios/Subvenções Prefeituras de Santos e Guarujá	2.871.700,55	2.817.076,66
Custo pago com recursos de Convênios/Emendas Parlamentares Estaduais e Municipais	36.114,36	0,00
Custo pago com recursos de Convênios/Parcerias com Empresas Privadas	45.324,29	0,00
Custo com recursos próprios	923.928,74	1.503.075,43
<b>Total</b>	<b>3.877.067,94</b>	<b>4.320.152,09</b>

#### NOTA 24. IMUNIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS



A Associação é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 está apresentada conforme segue:

	2018	2017
Contribuição patronal de INSS	620.216,98	597.523,57
Risco de Acidentes de Trabalho (RAT) Outras (SESC, SESI, SENAC etc.)	168.570,79	170.709,14
Total	788.787,77	768.232,71

#### CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

- 20% sobre folha de pagamento de salários e serviços de autônomos e individuais;
- RAT/SAT (1%, 2% ou 3%)
- TERCEIROS (4,5% - Educação e Social e 5,8% - Saúde)

#### Nota 25. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Mensuração do trabalho voluntário dos membros, dirigentes estatutários, para fins de atendimento ao disposto na ITG 2002(R1) de 21 de agosto de 2015, é feita com base na atividade do voluntário, o volume mensal de horas e o custo hora calculado com base na legislação da filantropia, Lei 12.868/13. O valor do trabalho voluntário é registrado na receita e despesa.

Assim, na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores relativos a receitas e despesas com gratuidades são apresentados sem gerar alteração na apuração do superávit ou déficit do exercício e do patrimônio social.

	2018	2017
Voluntariado	217.282,32	144.000,00
<b>Total</b>	<b>217.282,32</b>	<b>144.000,00</b>

- (a) Nenhum valor acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecido em 2017 E 2018 como receita e despesa operacional na demonstração do resultado em montantes iguais, sem efeito no superávit (déficit) do exercício.

#### NOTA 26. DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTENCIAIS, ESPECIALIZADA À REABILITAÇÃO PARA DEFICIENTES VISUAIS SEM CONTRA PRESTAÇÃO AOS ASSISTIDOS-ALUNOS.


Por atuar na área socioassistencial, de forma gratuita, continuada e planejada, a Instituição está sujeita as normas de Gratuidade, que regem-se pelas determinações da Lei No. 12.101/09 e Lei 12868/13 em seu art.18A certificação ou sua renovação será concedida à entidade de assistência social que presta serviços ou realiza ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários e para quem deles necessitar, sem discriminação, observada a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. § 2º Observado o disposto no caput e no § 1º também são consideradas entidades de assistência social:

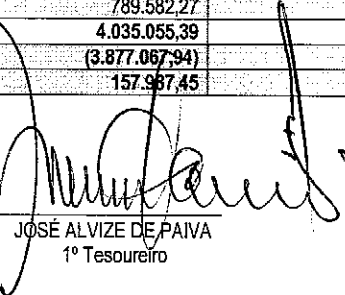
I - as que prestam serviços ou ações socioassistenciais, sem qualquer exigência de contraprestação dos usuários, com o objetivo de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e de promoção da sua inclusão à vida comunitária, no enfrentamento dos limites existentes para as pessoas com deficiência, de forma articulada ou não com ações educacionais ou de saúde.


Estão descritos todas as receitas e seus despesas para manter Reabilitação aos seus assistidos alunos de forma gratuita.

RUBRICA	2018	2017
<b>Receitas com atividades art. 61 Parágrafo único Estatuto - Atividades meio sustentáveis</b>		
Donativos em dinheiro/cheque Pessoa Física	402.258,04	403.155,90
Contribuição Associados	11.219,58	12.111,39
Aluguéis e Arrendamentos - Exploração Patrimônio e outros	1.225.275,72	643.126,07
Alienação com vendas imobilizado superávit com venda imobilizado	28.559,09	1.066.742,92
Receita Exploração Casa Lotérica	380.654,02	334.419,39
Receitas Comercialização Plano de Saúde	7.055.353,49	6.922.086,13
Trabalho Voluntário	217.282,32	144.000,00
Rendimentos Aplicação Financeira, Poupança e outros	164.560,57	353.560,57
(-) Dedução de Receita custos das atividades meio sustentáveis	(6.239.689,71)	(6.142.027,91)
<b>TOTAL RECEITA LÍQUIDA DA ATIVIDADE MEIO SUSTENTÁVEIS - Aplicado Atividades Social</b>	<b>3.245.473,12</b>	<b>3.737.174,46</b>
<b>Receitas com atividades - Assistencial Social</b>		
Receita auxílios, subvenções e convênios públicos	2.919.667,19	2.801.621,95
Receitas com atividades institucionais - Atividade Assistencial Social	419.188,78	520.237,96
(-) Dedução de Receita custos das atividades Assistenciais Social Direto	(2.549.273,70)	(1.784.219,40)
	789.582,27	1.537.640,51
<b>Custo Reabilitação para Deficientes Visuais</b>	<b>4.035.055,39</b>	<b>5.274.814,97</b>
<b>TOTAL GERAL DAS GRATUIDADE CONCEDIDAS</b>	<b>(3.877.067,94)</b>	<b>(4.320.152,09)</b>
<b>Total de Líquido para custeio das outras atividades</b>	<b>157.987,45</b>	<b>964.662,88</b>

Santos, 31 de dezembro de 2018

  
CARLOS ANTONIO GOMES  
Presidente

  
JOSÉ ALVIZE DE PAIVA  
1º Tesoureiro

  
SUELI BUENS FAVERIO DOS SANTOS  
Contadora - CRC 1SP190280/0-1